

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados, com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

	2019				Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Valor justo por meio do resultado	80.214	251	790	865.513	865.604	865.590	245
Letras financeiras do tesouro	-	-	91	865.513	865.604	865.590	14
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	54.945	-	-	-	54.945	54.945	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	24.376	-	-	-	24.376	24.376	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	12.369	12.369	12.228	141
Letras financeiras - emissores privados	-	251	699	978	1.928	1.928	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.293	1.293	1.231	62
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*)	893	-	-	-	893	893	-
Debêntures	-	-	-	468	468	440	28
Disponíveis para venda	78	-	-	9.336.897	9.336.975	7.793.061	1.543.914
Notas do tesouro nacional	-	-	-	9.236.526	9.236.526	7.693.849	1.542.677
Letras do tesouro nacional	-	-	-	90.205	90.205	89.037	1.168
Letras financeiras do tesouro - judicial	-	-	-	10.166	10.166	10.166	-
Ações	78	-	-	-	78	9	69
Mantidos até o vencimento (**)	2.705	-	-	5.582.879	5.585.584	5.585.584	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.582.879	5.582.879	5.582.879	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*) e (***)	1.957	-	-	-	1.957	1.957	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*) e (***)	748	-	-	-	748	748	-
Total	82.997	251	790	15.800.397	15.884.435	14.340.276	1.544.159

	2018				Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Valor justo por meio do resultado	133.574	573	99.992	1.471.976	1.706.115	1.704.321	1.794
Letras financeiras do tesouro	-	258	-	1.367.401	1.367.659	1.367.651	8
Letras do tesouro nacional	-	-	99.444	92.808	192.252	190.623	1.629
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*)	129.371	-	-	-	129.371	129.371	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	8.535	8.535	8.419	116
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	2.886	-	-	-	2.886	2.886	-
Letras financeiras - emissores privados	-	299	548	1.319	2.166	2.164	2
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.473	1.473	1.442	31
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	1.317	-	-	-	1.317	1.317	-
Debêntures	-	16	-	440	456	448	8
Disponíveis para venda	72	-	-	7.792.192	7.792.264	7.394.845	397.419
Notas do tesouro nacional	-	-	-	6.639.137	6.639.137	6.281.374	357.763
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.143.463	1.143.463	1.103.870	39.593
Letras financeiras do tesouro - judicial	-	-	-	9.592	9.592	9.592	-
Ações	72	-	-	-	72	9	63
Mantidos até o vencimento (**)	2.698	-	-	5.370.883	5.373.581	5.373.581	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.370.883	5.370.883	5.370.883	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*) e (***)	2.698	-	-	-	2.698	2.698	-
Total	136.344	573	99.992	14.635.051	14.871.960	14.472.747	399.213

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

(**) Para os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento" equivale ao valor de curva. O valor de mercado está apresentado na nota 4d.

(***) Referem-se ao movimento do fluxo de caixa dos FIEs, classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", decorrente dos resgates de cupons efetuados no exercício.

Em função da capacidade financeira da Companhia, a Administração decidiu no exercício de 2013 pela reclassificação do montante de R\$ 3.984.406, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda", para a categoria "Mantida até o Vencimento". A menos valia correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O montante remanescente a amortizar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 697.581.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2019	2018
Total das provisões técnicas	10.622.350	9.907.755
Provisão de prêmios e contribuições não ganhas - PPCNG (*)	(1.338.890)	(1.216.384)
Total a ser coberto (A)	9.283.460	8.691.371
Quotas de Fundos de Investimento	3.094.754	2.977.255
Títulos públicos	7.791.001	7.026.891
Total dado em cobertura (B)	10.885.755	10.004.146
Suficiência (B) - (A)	1.602.295	1.312.775

(*) De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 392/2015 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de PPCNG.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2019			2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	877.973	83.903	961.876	1.568.446	137.669	1.706.115
Letras financeiras do tesouro	865.604	-	865.604	1.367.659	-	1.367.659
Letras do Tesouro Nacional - operação compromissada/outros (*)	-	54.945	54.945	-	2.886	2.886
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	-	24.376	24.376	-	1.317	1.317
Notas do tesouro nacional	12.369	-	12.369	8.535	-	8.535
Letras financeiras - emissores privados	-	1.928	1.928	-	2.166	2.166
Certificados de recebíveis imobiliários	-	1.293	1.293	-	1.473	1.473
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada/outros (*)	-	893	893	-	129.371	129.371
Debêntures	-	468	468	-	456	456
Letras do tesouro nacional	-	-	-	192.252	-	192.252
Disponível para venda	9.336.975	-	9.336.975	7.792.264	-	7.792.264
Notas do tesouro nacional	9.236.526	-	9.236.526	6.639.137	-	6.639.137
Letras do tesouro nacional	90.205	-	90.205	1.143.463	-	1.143.463
Letras financeiras do tesouro - judicial	10.166	-	10.166	9.592	-	9.592
Ações	78	-	78	72	-	72
Mantidos até o vencimento (**)	7.961.064	2.705	7.963.769	6.401.575	2.698	6.404.273
Notas do tesouro nacional	7.961.064	-	7.961.064	6.401.575	-	6.401.575
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada/outros (*)	-	1.957	1.957	-	-	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	-	748	748	-	2.698	2.698
Total	18.176.012	86.608	18.262.620	15.762.285	140.367	15.902.652

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

(**) Refere-se ao valor justo (mercado) na data-base indicada.

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2019			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento (*)	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro	1.706.115	7.792.264	5.373.581	14.871.960
(+) Aplicações	11.840.064	2.603.878	-	14.443.942
(-) Resgates	(12.705.234)	(2.995.158)	(339.398)	(16.039.780)
(+) Rendimentos (resultado renda fixa nota 22d)	120.931	789.496	551.391	1.461.818
(+/-) Ajuste a valor justo	-	1.146.495	-	1.146.495
Saldo final em 31 de dezembro	961.876	9.336.975	5.585.584	15.884.435

	2018			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento (*)	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro	977.188	6.668.130	5.166.785	12.812.103
(+) Aplicações	10.979.045	2.561.597	-	13.540.642
(-) Resgates	(10.330.426)	(2.507.316)	(332.203)	(13.169.945)
(+) Rendimentos (resultado renda fixa nota 22d)	80.308	750.805	538.999	1.370.112
(+/-) Ajuste a valor justo	-	319.048	-	319.048
Saldo final em 31 de dezembro	1.706.115	7.792.264	5.373.581	14.871.960

(*) As movimentações realizadas na categoria "Mantidos até o Vencimento" correspondem ao vencimento e ao fluxo de recebimento de cupons dos títulos.

f. Desempenho e taxas médias contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2019, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 164,72% no acumulado do exercício, em relação ao referido benchmark, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IGPM 6,96%, IPCA 5,44%, 8,89% PRÉ (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizadas nas carteiras e fundos de investimentos da Companhia, desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista, não podendo, todavia, gerar, cumulativamente com as posições detidas à vista, exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido de cada fundo de investimento.

No caso dos contratos futuros de DI, DAP e opções de juros IDI, realizamos operações de síntese de posição do mercado à vista e proteção contra os efeitos da variação dos preços das Letras do Tesouro Nacional e das Notas do Tesouro Nacional (séries F e B). No caso dos contratos de opções sobre taxa de câmbio de reais por dólar comercial, buscamos mitigar riscos da variação de preço a esta moeda. No caso dos contratos futuros de IBOVESPA, buscamos refletir a variação do preço das ações, quando relacionada com operações compromissadas.

Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizadas nas carteiras e fundos de investimento têm por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido à contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

Em 31 de dezembro de 2019, o diferencial a pagar/receber registrado em conta de passivo dos fundos totalizava R\$ 2 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstrativo abaixo:

i. Valor dos instrumentos financeiros derivativos

	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	2019 Valor de mercado
Contratos futuros				
Compromissos de compra	9.309	9.309	2	2
Mercado interfinanceiro	9.309	9.309	2	2
Total	9.309	9.309	2	2

	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	2018 Valor de mercado
Contratos futuros:				
Compromissos de compra	131.492	50.200	30	30
Mercado interfinanceiro	131.492	50.200	30	30
Compromissos de venda	81.292	-	(9)	(9)
Mercado interfinanceiro	81.292	-	(9)	(9)
Total	212.784	50.200	21	21

(*) Refere-se ao valor líquido dos contratos de compra e venda.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	2019			
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	Acima de 360 dias
Ajuste a receber - futuros	2	2	100	2
Total do ativo (A)	2	2	100	2

	2018			
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	Acima de 360 dias
Ajuste a receber - futuros	30	30	100	30
Total do ativo (A)	30	30	100	30
Ajuste a pagar - futuros	(9)	(9)	100	(9)
Total do passivo (B)	(9)	(9)	100	(9)
Efeito Líquido (A-B)	21	21	100	30

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por valor de referência

	181 a 360 Dias		Acima de 360 Dias		Total
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	
Contratos futuros em 2019	-	377	-	8.932	9.309
Contratos futuros em 2018	-	81.578	-	131.206	212.784

6 Prêmios a receber

	2019		2018	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Ramos				
Saúde Coletivo	-	1.758.880	-	1.718.835
Saúde Individual	-	39.027	-	52.855
Total	-	1.797.907	-	1.771.690

b. Faixas de vencimento

	2019		2018	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
A vencer:				
Até 30 dias	-	1.557.458	-	1.4

22 Detalhamento das contas de resultado

	2019		2018	
a. Outras despesas operacionais				
Despesas com seguros	(220.076)	(138.280)		
Constituição de provisão para contingências cíveis	(17.266)	26.587		
Despesas de prestação de serviços	(206.020)	(196.049)		
Constituição de provisão para perdas sobre créditos	(16.478)	(29.560)		
Despesas com confecção de carteira e livro de credenciamento	(17.921)	(24.030)		
Total	(477.761)	(361.332)		
b. Despesas de comercialização				
Despesas de agenciamento	(438.893)	(453.414)		
Comissões sobre prêmios emitidos	(594.064)	(558.121)		
Despesas com encargos sociais	(8.908)	(5.049)		
Outras despesas de comercialização	(17.389)	4.145		
Total	(1.059.254)	(1.012.439)		
c. Despesas administrativas				
Despesas com pessoal próprio	(391.275)	(347.869)		
Honorários da Administração	(20.642)	(19.923)		
Ordenados	(193.681)	(172.342)		
INSS/FGTS	(73.286)	(64.763)		
Planos de previdência privada (nota 19a)	(19.383)	(21.170)		
Alimentação ao trabalhador	(26.921)	(22.771)		
Despesas com transporte de empregados	(7.414)	(6.583)		
Outras	(49.948)	(40.317)		
Despesas com localização e funcionamento	(184.887)	(208.467)		
Despesas com serviços de terceiros	(164.422)	(170.444)		
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(36.338)	(30.270)		
Despesas com donativos e contribuições	(14.517)	(17.668)		
Despesas administrativas diversas	(11.086)	(12.158)		
Subtotal	(802.525)	(786.876)		
Despesas com tributos				
Despesas com COFINS	(120.638)	(91.381)		
Despesas com taxa de saúde suplementar	(13.787)	(1.060)		
Despesas com PIS	(22.078)	(14.849)		
Impostos federais/estaduais/municipais	(11.751)	(5.767)		
Subtotal	(168.254)	(113.057)		
Total	(970.779)	(899.933)		
d. Resultado financeiro líquido				
	2019		2018	
Receitas financeiras				
Receitas com títulos de renda fixa (nota 4e)	1.506.082	1.421.810		
Receitas com títulos de renda variável	2.809	3.985		
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	7.080	12.596		
Outras receitas financeiras	63.312	37.869		
Subtotal	1.579.283	1.476.260		
Despesas financeiras				
Despesas com títulos de renda fixa (nota 4e)	(44.264)	(51.698)		
Tributação sobre operações financeiras	(49.094)	(53.151)		
Atualização monetária de contingências passivas	(115.465)	(5.127)		
Outras despesas financeiras	(9.110)	(5.819)		
Subtotal	(217.933)	(115.795)		
Total	1.361.350	1.360.465		

e. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Impostos diferidos		
Constituição no período sobre adições temporárias	45.754	33.688
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(536.741)	(675.685)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(490.987)	(641.997)
23 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social		
	2019	2018
Resultado antes dos impostos e participações	1.905.784	1.600.856
(-) JCP	(460.000)	-
Resultado Ajustado	1.445.784	1.600.856
Adições	294.612	215.279
Exclusões	(262.271)	(291.652)
Lucro tributável	1.478.125	1.524.483
Tributos corrente	(591.249)	(686.017)
Tributos diferidos	45.754	33.688
PAT	4.038	3.416
Incentivos fiscais	9.000	9.530
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos	41.470	(2.614)
Total tributos	(490.985)	(641.997)
Alíquota efetiva	33,96%	40,10%
24 Informações complementares Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais		
	2019	2018
Resultado líquido do exercício	1.389.476	942.010
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa		
(+) Depreciações e amortizações	29.218	78.269
(+) Perda ou ganho na alienação ou baixa de investimentos, imobilizado e intangível	1.076	87.297
(+/-) Resultado (positivo) de equivalência patrimonial	(165.287)	(187.316)
(+) Outros (PLR)	25.321	13.855
(+/-) Variação das aplicações	(1.012.475)	(2.059.857)
(+/-) Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(881.609)	(1.009.739)
(+/-) Aplicações livres	(130.866)	(1.050.118)
(+/-) Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(11.749)	31.219
(+/-) Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	(26.217)	43.161
(+/-) Participação de beneficiários em eventos/ sinistros indenizáveis	(1.702)	(438)
(+/-) Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	16.170	(11.504)
(+/-) Variação das despesas diferidas	(73.262)	95.722
(+/-) Variação de créditos tributários e previdenciários	246.646	77.868
(+/-) Variação de bens e títulos a receber	(20.617)	5.124
(+/-) Variação de despesas antecipadas	(353)	(266)
(+/-) Variação de depósitos judiciais e fiscais	(17.811)	(19.677)
(+/-) Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	714.595	611.747
(+/-) Variação de débitos de operações de assistência à saúde	43.462	(27.440)
(+/-) Variação de provisões para IR e CSLL	(82.636)	48.066
(+/-) Variação de provisões para ações judiciais	150.454	(21.133)
(+/-) Variação de tributos e encargos sociais a recolher	12.907	(3.384)
(+/-) Variação de débitos diversos	(1.160)	(245.345)
(+/-) Variação de ajustes de TVM (PL)	683.378	184.430
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	1.911.183	(388.811)

DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Manoel Antonio Peres	Diretor - Presidente	Luiz Carlos Trabuco Cappi	Presidente
Ivan Luiz Gontijo Junior	Diretor-Gerente	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Vice-Presidente
Curt Cortese Zimmermann	Diretor-Gerente	Manoel Antonio Peres	Membro
Américo Pinto Gomes	Diretor-Gerente	Ivan Luiz Gontijo Junior	Membro
Flávio Bitter	Diretor-Gerente	Samuel Monteiro dos Santos Junior	Membro
Thais Jorge de Oliveira e Silva	Diretora	Octavio de Lazari Junior	Membro
Sylvio Roberto Alves Vilardi	Diretor	Vinicius José de Almeida Albernaz	Membro
Fabio Miranda Daher	Diretor		
Juliano Ribeiro Marcilio	Diretor		
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor		
			Ana Lúcia Fernandez André Riboli Atuária - MIBA nº 754
			Getúlio Antônio Guidini Contador - CRC RS 034447/O-7-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Saúde S.A. Rio de Janeiro - RJ
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradesco Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Osasco, 27 de fevereiro de 2020
KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP
Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradesco Saúde S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, e com base: (i) no Relatório sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, de 27 de fevereiro de 2020; (ii) nas reuniões com os Auditores Independentes; (iii) no Relatório do Comitê de Auditoria; (iv) nas análises de documentos e, substancialmente, nas informações recebidas; e (v) nas reuniões periódicas com os administradores e gestores da Bradesco Saúde e do Grupo Segurador, concluiu que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira em 31 de dezembro de 2019 e as atividades desenvolvidas pela Bradesco Saúde durante o exercício. Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2020.

Sergio Moreno
Presidente do Conselho Fiscal

Gilberto de Oliveira Lameira
Conselheiro

Sebastião de Paula Nogueira
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Aos Membros do Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A. Rio de Janeiro - RJ
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradesco Saúde S.A. ("Companhia") funciona em conformidade com o estatuto social e com o regimento interno da Companhia, aprovado pelo seu Conselho de Administração.
Compete ao Comitê apoiar o Conselho de Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) reuniões com a alta administração e com os seus principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações contábeis.
A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações contábeis, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.
A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que assegurem a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.
O Comitê atua mediante reuniões nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da

Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.
O Comitê mantém reuniões com gestores das áreas de contabilidade e finanças, controles internos e compliance, gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outros.
O Comitê estabeleceu com os auditores contábeis independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.
O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações contábeis e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.
O Comitê manteve reuniões regulares com os membros da Diretoria Executiva, e outros membros da diretoria do Grupo Segurador e, nessas reuniões, teve a oportunidade de conhecer os principais fluxos operacionais, revisões de compliance e gestão de riscos. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.
Com base nos trabalhos, avaliações, revisões e discussões acima mencionadas, e considerando o contexto e o escopo de suas atribuições, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.
Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2020
Samuel Monteiro dos Santos Junior - Coordenador
Paulo Pereira Ferreira - Membro
Leonardo de Assis Portugal - Membro